



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

1

DE SILÊNCIOS E MEMÓRIAS: A COLEÇÃO “AUTORES AFRICANOS” E A LEGITIMAÇÃO DAS LITERATURAS AFRICANAS NO BRASIL.

Joseneida Mendes Eloi de Souza
Mestranda em Letras (PPGLL-UFBA)
E-mail: josyufba@yahoo.com.br

Maria de Fátima Maia Ribeiro
Prof^ª Dr^ª (Instituto de Letras/PPGLL/CEAO-UFBA)
E-mail: fatimari@ufba.br

“Perceber no que foi escrito um sintoma do que foi calado”

Friedrich Nietzsche, **Além do bem e do mal.**

O Brasil vive atualmente um momento de efervescência de imagens e discursos sobre África que conclamam a sua profunda ligação com este continente, reiterando a importância de uma maior aproximação entre ambos. Este fato tem ocorrido tanto no campo das relações internacionais, das políticas sociais e da economia do atual governo Lula¹, quanto no campo da cultura, em que o teatro, a música, as artes plásticas e a literatura, produzidos por africanos e/ou afro-descendentes têm conquistado públicos e espaços a cada dia maiores.

Por outro lado, o histórico das relações entre Brasil e o continente africano mostra, para além dos elementos que nos unem ou nos tornam “irmãos”, ambiguidades e controvérsias que se fazem notar nos discursos, teorias e representações construídos ao longo do tempo, sob jogos de poder e de interesses os mais diversos, na medida em que nos debruçamos sobre os vários momentos em que o apelo ou o “retorno à África” se fez e se faz notar entre os brasileiros. Tomando por referência a coleção “Autores Africanos” publicada pela Editora Ática no Brasil, de finais da década de 1970 a início dos anos de 1990, temos uma amostra significativa da maneira como se dão essas relações e suas implicações políticas, econômicas e culturais, destacadamente no campo da produção editorial das literaturas africanas em um período específico da história de

¹ Com visitas oficiais e estabelecimento de acordos de cooperação envolvendo Brasil e países africanos; criação da SEPPIR (Secretaria de políticas de promoção da Igualdade Racial); modificações na legislação educacional com o sancionamento das leis 10.639:03 e 11.645:08; aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; etc.



2

nosso país. Um período que nas suas próprias condições históricas, marcado pela ditadura militar e pelos movimentos de resistência das minorias, favoreceu o afloramento e ressurgimento de teorias e ideais de cunho marxista e de base étnico-racial, estes últimos com profundas ligações com o movimento da negritude e com o pan-africanismo.

Tal enquadramento nos permite considerar certos investimentos culturais, a exemplo da produção editorial da *Ática*, empreendida em dado momento de transição do século XX, como emblemáticos de uma conjuntura que, ao lado de interesses de mercado, ou mesmo de motivações intelectuais, expõe aspectos da história, pouco conhecidos, incluindo contradições e resultados de certo modo até imprevistos. Por outro lado, projetos como o da coleção “Autores Africanos” oferecem elementos que, uma vez reunidos e postos em relação, nos permitem realizar leituras das ligações que esse estabelece com a memória cultural negra no Brasil, as relações diplomáticas do país com o continente africano, a consolidação das pesquisas e dos estudos africanos nas universidades e o interesse significativo das editoras brasileiras pelas literaturas africanas.

Silviano Santiago afirma que é nos anos de 1979 a 1981 que vivemos um momento de abertura e de grande impacto no cenário político-social do país pelo autor denominado como “A democratização no Brasil”. Momento em que ficam expostas não só as fragmentações entre os membros e os discursos da esquerda, marcando “a transição do século XX para o seu fim”, como também se inaugura uma nova fase em que as vozes das chamadas minorias despontam, abalando os discursos conservadores e ainda eurocêntricos dos campos disciplinares que estruturavam a produção do saber dentro das academias. Trata-se de um período marcado também pelo fim de certas dicotomias tais como a oposição entre crítica cultural e crítica literária, arte e vida cotidiana em que o “debate amplo e aberto se passaria no campo da arte, considerando-se esta não mais como manifestação exclusiva das *belles lettres*, mas como fenômeno multicultural que estava servindo para criar novas e plurais identidades sociais (SANTIAGO, 2004. p. 137).

Esse mosaico de idéias e conjunturas políticas em que vivíamos, como em quase todo o mundo, com o surgimento das teorias pós-coloniais no fim do século passado,



3

provocando em conjunto o deslocamento da centralidade dos países do Norte em relação aos do Sul, bem como rupturas na centralidade de um saber ocidental que a todos controlava, dá espaço ao conhecimento de outros saberes, outras culturas, outras formas de ser, estar e interpretar o mundo. Essas novas vozes, dispostas a romper silêncios seculares, advinham, dentre outros lugares, do continente africano, derrubando os muros esmerados de uma modernidade excludente, estigmatizante e, sobretudo, colonialista, que insistia em permanecer das mais variadas formas.

Segundo a antropóloga Luena Pereira, é nesse período que o desenvolvimento da pesquisa e do ensino sobre África no Brasil se dá de forma mais expressiva, a partir do cruzamento entre duas esferas principais: a esfera acadêmica constituída pelos grupos de pesquisa em universidades públicas e privadas, com centros especializados brasileiros (CEAO-BA, CEAA-RJ, CEA-SP etc.) assente nos acordos bilaterais desses centros com universidades africanas, assim como pela criação de disciplinas específicas sobre África e de cursos de Pós-Graduação, principalmente, nas áreas de História, Letras, Antropologia, Sociologia e Relações internacionais; e uma segunda esfera, composta pela reemergência de movimentos sociais negros nos anos de 1970, momento em que ocorre uma movimentação intensa de intelectuais, militantes e artistas afro-brasileiros, no que diz respeito ao interesse pelas literaturas africanas, de modo a constituírem redes de solidariedade e pontes de identificação entre Brasil e os países africanos, no que diz respeito às lutas e questões flagradas naquele momento.

Interessa pontuar que, no momento em que o discurso de “retorno à África” é apresentado, de modo especial no campo da cultura, ocorre uma mudança crucial na forma de entender e representar esse retorno, pois, se antes os discursos sobre África se concentravam nas mãos das vozes “autorizadas”², ou seja, das elites dominantes constituídas por autoridades políticas e intelectuais, que detinham os meios de comunicação, agora são as outras vozes, as vozes dos marginais silenciados, sobretudo, dos afro-descendentes engajados em movimentos sociais diversos, que passam a contar e a recontar as histórias africanas e afro-brasileiras. Por outro lado, intensificam-se as trocas de informações entre ativistas, escritores e intelectuais brasileiros e africanos. Trata-se também de um momento marcado, no Brasil, pela

² No sentido em Bourdieu discute “autoridade” na Economia das trocas lingüísticas.



4

efervescência dos blocos afros, pela criação do Movimento Negro Unificado (1978) e por uma movimentação intensa de escritores e intelectuais negros contra a discriminação em várias frentes, sendo a música e a produção literária fortes aliadas neste processo.

No tocante à literatura, com a ampliação dos estudos africanos nas academias o trânsito das literaturas africanas no Brasil, com destaque para as de língua portuguesa, se torna mais intenso e mais difundido. Como assinala a professora Florentina da Silva Souza em *Laços poéticos forjados pelo Atlântico Negro*:

O prefácio de Soyinka à edição nigeriana de *O genocídio do negro brasileiro* de Abdias Nascimento fala por si dos múltiplos contatos e trocas de experiência do Atlântico Negro. Já os fundadores do bloco Ilê-Ayiê, na década de 70, referem-se sempre à motivação trazida pelas notícias das lutas dos países africanos pela independência, mais especificamente daqueles de colonização portuguesa. Assim, poemas, textos jornalísticos, notícias sobre o empenho dos escritores africanos e da diáspora nas suas lutas específicas e naquelas que reuniam africanos e seus descendentes compõem e tecem os fios, forjam laços que motivarão os afro-brasileiros a impulsionar seus projetos e lutas contra a discriminação racial. (SOUZA, 2003. p.33).

Escritores negros empenhados em promover rachaduras no duro sistema de representações, que sempre relegou o negro a condição servil e inferior, fazem agora da literatura – instrumento antes privilegiado das elites – uma poderosa e eficiente arma de combate aos modelos forjados pelo poder hegemônico branco. A literatura torna-se então um dos grandes dispositivos capazes de minar a falsa idéia de democracia racial tão propalada pelas lideranças políticas e intelectuais brasileiras ao longo dos séculos, trazendo à baila as incoerências dessa sociedade. É o caso, por exemplo, dos Cadernos Negros, um projeto totalmente “auto-custeado” – como reitera a escritora Miriam Alves, também colaboradora da coletânea –, possibilitado pelos esforços desses escritores que, cansados da rejeição por parte das editoras brasileiras, criam formas alternativas de publicação e divulgação de suas produções literárias.

Essa nova produção em muito se liga às demandas e discussões flagradas no continente africano, por volta de 1973/1975 quando as antigas colônias portuguesas – oficialmente “províncias ultramarinas” – na África se tornam independentes, mostrando-se empenhadas na constituição de discursos e ações que agregassem



5

angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses e são tomenses para a construção das novas nações:

O compromisso com o coletivo renasce com a nova idéia de liberdade, trazida pela independência das últimas colônias africanas, que tinham como baluartes de lutas poemas de conteúdos libertários, poetas engajados na construção de uma nova sociedade. (ALVES, 2002. p. 225)

Poemas de escritores como os de Aime Cesaire, Leopold Senghor, Viriato da Cruz, Arlindo Barbeitos, José Craverinha, Costa Andrade e principalmente Agostinho Neto – bastante citado e conhecido no Brasil – são lidos e compartilhados por muitos escritores afro-brasileiros, que passaram a incorporar também em seus textos, expressões e elementos variados da poética africana. Palavras como “irmandade”, “coletividade”, “resistência” e “restauração” fazem parte do repertório comum aos ativistas dos dois lados do Atlântico, que articulam os sentidos horizontal e longitudinal.

Segundo a professora Zilá Bernd (1987), nesse desejo de criação de uma literatura negra que expressasse os anseios dos afro-descendentes acabaram desenvolvendo-se no Brasil faces diferenciadas do movimento da negritude, liderado na literatura por Leopold Senghor e Aime Cesaire, os quais assim como os brasileiros trilham caminhos diversos ainda que seguindo objetivos paralelos:

Achamos, portanto, que se pode falar, em sentido lato, em uma vertente brasileira da negritude que não é um movimento estanque, mas um fenômeno que ocorre em diferentes culturas (EUA, Antilhas, África América do Sul), com diferentes condições sociais, exprimindo-se em várias línguas, portanto essencialmente migratório e não sincrônico. Tentar ver os atuais movimentos brasileiros, que voltam-se sobre si mesmos para fabricar uma auto-imagem, como um sistema de vasos comunicantes, como o canto polifônico da negritude, poderá ajudar a entender melhor a realidade da literatura negra e da própria literatura brasileira. (BERND, 1987. p. 38)

Ao tratar a negritude enquanto “um conceito plural” e referir-se à literatura negra no Brasil como um trabalho em que a “vontade de reencontrar uma identidade perdida” aliada ao “desejo de opor ressurreição à assimilação” se tornam em força-motriz, ao lado da busca pela afirmação de valores negros e do “reatamento dos vínculos com uma ancestralidade africana”, Zilá Bernd evidencia o caráter “migratório” do movimento da negritude, em sentido próximo ao que Edward Said desenvolve em seu texto *Repensando a Teoria Itinerante* (2005). Nesse sentido, Bernd ressalta a importância da ligação entre as produções literárias de ambos os lados do Atlântico,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

6

reiterando o interesse de “retorno à África” por parte dos escritores afro-brasileiros não obstante vivenciem experiências distintas.

Remontando um cenário, que se assemelha a mosaico, em suas complexidade e diversidade, a par de movimentos, políticas culturais diversas e ideais pan-africanistas, em momentos e com interesses diferenciados, situamos o interesse do Brasil pelas literaturas africanas sob a forma de iniciativas editoriais. Estas, por sua vez, se fazem notar mais objetivamente, enquanto projetos com objetivos declarados de apresentação dessas literaturas, em tom de novidade e divulgação. É o caso da Editora Nova Fronteira, que lançou uma coleção denominada “Romances da África”, e publicou pelo menos cinco romances africanos: *Um Fuzil na Mão, um Poema no Bolso* de Emmanuel Dongala, *O Limão* de Mohamed Mrabet, *O sol das Independências* de Ahmadou Kouroma, *O Bebedor de Vinha de Palmeira*, de Amos Tutuola e *O Velho Negra e a Medalha*, de Ferdinand Oyono. Nesse contexto, insere-se o projeto da coleção Autores Africanos da Editora Ática S/A, ainda mais elaborado e amplo.

Composto por 27 títulos e por uma gama de escritores de diversas procedências, o projeto editorial da Ática – ganhadora do prêmio Jabuti 1980, outorgado pela Câmara Brasileira do Livro, como a melhor produção editorial, ao lado do prêmio de melhor coleção editada no Brasil, em 1984, pela Associação Paulista de Críticos de Arte - APCA – se torna um objeto de estudo curioso, não apenas pela importância e resgate de uma parte de África praticamente desconhecida no Brasil no momento de seu lançamento. Destaca-se, principalmente, pelos discursos veiculados pelo projeto (capas, prefácios, glossários etc), e a partir dele iluminados, que em conjunto dão conta de toda uma construção simbólica e imaginária, ao mesmo tempo concreta e paupável sobre o continente naquele período. Logo, funciona como uma espécie de biblioteca transnacional distendida, em que o conjunto das obras e o próprio título “Autores Africanos” conclamam uma apreciação de uma parte da produção literária do continente, que se quer, ou pelo menos se representa, como mais significativa, assumindo inevitavelmente todos os riscos dessa operação:

A biblioteca é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação, e de comunicação de textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade



às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. (...) Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade – grifos nossos (BARATIN; JACOB. 2000. p. 10).

Interessa a esta pesquisa examinar a coleção sob a ótica de constituição de uma biblioteca de literatura africana no Brasil, que em parte se aproxima da polêmica proposta da “Biblioteca de Literatura Angolana” lançada no país em 2004 pelas Edições Maianga, com o apoio da Odebrecht S. A. e da União dos Escritores Angolanos, a UEA. Ambas as iniciativas, por sua própria apresentação, atuam como uma espécie de instituição, apontada por Baratin, no sentido em que valores são estabelecidos, bem como as classificações, interpretações e dissimulações que operam, principalmente, no âmbito dos conceitos acerca das culturas africanas no Brasil, onde coabitam a memória e o silenciamento, a consagração e a desqualificação.

Neste emaranhado de significações, o projeto “Autores Africanos” reivindica um espaço, um lugar, se pensamos na biblioteca enquanto instituição “autorizada”, e no título da coleção enquanto estratégia de nomeação que, fazendo uso da língua e do seu poder demarca esse lugar. Ressalte-se que no tocante às outras literaturas, a exemplo das literaturas da Europa e da América do Norte, não se costuma reservar coleção composta por autores dinamarqueses e norte-americanos, e intitulada por critérios continentais, enquanto, em se tratando de África, pelo menos nos anos 1970 e 1980 no Brasil, coube à editora Ática fazer uso do epíteto, considerando que na altura essas literaturas eram praticamente desconhecidas da totalidade do público receptor e leitor, em potencial. Trata-se, ademais, de uma estratégia que atualmente tem sido evitada na maioria das editoras a exemplo da Companhia das Letras, Gryphus, Record, Nova Fronteira, dentre outras, que têm publicado escritores como Luandino Vieira, Mia Couto, José Agualusa, Nadine Gordimer, J. M. Coetzee, Chimamanda Adichie, sem incluí-los em uma coleção específica, e sem reiteração da sua condição de africanos ou de suas respectivas nacionalidades. Estratégias e decisões que se apresentam marcadas por razões, finalidades e implicações as mais diversas, muitas vezes contrastantes, senão opostas.



Sabendo-se que “falar é existir para outro” nos termos de Fanon, a linguagem se torna elemento-chave no processo de consagração e/ou marginalização das obras e de seus produtores, inscrevendo-os no vasto campo semântico que a África pode representar “a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades generativas são sem limites. Não há nada que não se possa dizer e não se pode dizer o nada” (BOURDIEU, 1998. p.18). Por sua vez, não resistimos a tomar aqui as palavras de Nietzsche colocadas em epígrafe a este trabalho para buscar “[p]erceber no que foi escrito um sintoma do que foi calado” (2004), no sentido de uma leitura que contemple ambas as possibilidades apontadas, em lugar de uma descabida escolha excludente. Aos intelectuais, produtores e pensadores da cultura cabe não perder de vista, jamais, e ainda com Silvano Santiago e Nietzsche, pensar que “depois de saber o que sabe, deve saber o que o seu saber recalca” (SANTIAGO, 1984. p 36), tomando consciência de que determinadas posturas, no mais das vezes arrogantes e despóticas, que se arvoram em estabelecer verdades e categorizações na intuição de um saber, antes de tudo recalcam outros saberes.

Sendo assim, tudo o que é veiculado através da linguagem, e, no caso da coleção o que é dito sobre África e sobre aqueles denominados “Autores Africanos”, torna-se objeto de múltiplas representações, não necessariamente opostas, podendo ser até mesmo complementares ou suplementares, na ordem das disposições e do poder dos agentes dentro do campo e da capacidade ilimitada da linguagem. Por outro lado, ainda com Bourdieu não se pode desprezar a capacidade “generativa” e “originária” que a linguagem tem de “dar existência àquilo que anuncia, produzindo a representação coletivamente reconhecida (...) sem dúvida o suporte por excelência do poder absoluto”, poder de fazer existir, de consagrar, incluir, fazer notar em face de uma coletividade que reconhece discursos e sujeitos investidos desses poderes.

Apresentando a África, ou mesmo as Áfricas, de uma forma panorâmica, o projeto editorial da Ática, diferentemente da “biblioteca” das edições Maianga — cuja coleção inicial encontra-se inteiramente reunida e organizada em duas caixas nomeadamente do período da pré-independência e da pós-independência — foi sendo publicado entre os anos de 1979 e 1991, deixando de ser editado neste último ano. Por ter ficado restrito ao ambiente acadêmico e ao acesso de alguns leitores, a reunião de



9

todos os exemplares se tornou um grande desafio para esta pesquisa, o que resultou em uma busca constante aos sebos³ e livrarias, principalmente virtuais. Esta carência e a dificuldade de acesso aos livros africanos, ainda hoje, com o reavivamento da produção editorial africana no país, na última década, tornaram-se em um dos problemas enfrentados pelos leitores e pesquisadores brasileiros, e também suscitam alguns questionamentos acerca do que realmente tem sido feito pelas políticas culturais de incentivo à leitura e difusão das produções culturais africanas em nosso país.

A despeito dessas e outras dificuldades, a pesquisa pode reunir em grande parte os títulos publicados pela editora Ática, com destaque para todas as obras dos países de língua oficial portuguesa publicadas. Entretanto, com o foco nas possibilidades de articulação e diálogo internas à coleção, considerada em seu conjunto, em nenhum momento perdemos de vista os textos produzidos originalmente em língua inglesa e em língua francesa, como é o caso de **O Belo Imundo** de Mudimbe e **O mundo se despedaça** de Achebe, que constituem parte significativa deste trabalho.

No caso dos escritores de língua portuguesa, não poderia deixar de mencionar a presença emblemática de Agostinho Neto, ilustre poeta angolano. Primeiro, pela singularidade de ter sido líder e combatente pelas lutas de libertação de Angola, tornando-se o primeiro presidente do país. Segundo, por ter produzido uma obra poética que se insere estética e politicamente no projeto de libertação nacional, que muito interessou ao Brasil. Terceiro, por ser o seu livro **Sagrada Esperança** o único título de poesia encontrado na coleção “Autores Africanos”.

Como havia me referido anteriormente, no período entre 1973/1975 quando das lutas de libertação dos países africanos colonizados por Portugal, estando o Brasil ainda sob a censura da ditadura militar, e a partir de 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado, os textos de poetas africanos que desafiavam o poder europeu branco, tiveram uma grande receptividade no Brasil e inspiravam os militantes afro-brasileiros em suas lutas diárias contra o racismo em todas as suas faces. O poeta Agostinho Neto foi um dos que mais destacaram, e é ainda hoje muito respeitado por intelectuais e militantes negros tanto no Brasil quanto no resto do mundo, o que permite Basil Davidson afirmar em prefácio à edição brasileira “Este poeta não precisa de ser

³ Nome atribuído às livrarias que negociam livros usados, geralmente antigos e esgotados.



10

apresentado como homem, pois o seu nome é respeitado em todo o mundo. No entanto, o poeta é respeitado como homem de ação – eis como o mundo conhece Agostinho Neto, tanto o mundo progressista como o outro” (NETO, 1985. p. 4)

Nota-se a reverência que é prestada ao poeta que já “não precisa ser apresentado como homem” tamanha a fama e admiração com que é reconhecido “tanto no mundo progressista, quanto no outro”. Apesar do jargão comum dos tempos de Guerra Fria, para Davidson não importa a que “mundo” estejamos nos referindo, a influência de Neto ultrapassava mesmo as enrijecidas e autoritárias posições políticas. Não obstante os tempos atuais relativizarem as palavras de Davidson, no sentido do fim da confiança em unanimidades e generalizações, atestado pelas críticas recentemente veiculadas por determinados intelectuais afeitos a ocidentocentrismos, exposições midiáticas e discutíveis qualidades estéticas, a recepção brasileira de Neto mantém-se e estende-se a vetores significativos da modernidade e da contemporaneidade.

No Brasil, os seus poemas ganharam força e materialidade tanto nos discursos empreendidos pelos ativistas de movimentos sociais quanto na própria tessitura da poesia negra, em termos de incorporação de elementos e do jogo intertextual feito por poetas diversos a exemplo dos **Cadernos Negros** publicados pela editora Quilombhoje.

Um exemplo claro é o de Celinha (1998), escritora paulista que em seu poema “Um sol guerreiro” dialoga em muitos aspectos com elementos da poesia de Neto “Já não ouço meu pranto/porque o choro emudeceu nos meus lábios/o grito calou-se em minha garganta (...) Cantei porque agora a chuva/ brotará da terra/ as sementes de todos os frutos/ cairão sobre os nossos pés/ E germinaremos juntos/.” No caso das gerações de escritores mais recentes, como Marcos Dias (1998) que no poema “Narrandanações” estabelece um diálogo intertextual com o poema “Mussunda Amigo” de Agostinho Neto.

No caso da obra **O Belo Imundo** de Vumbi Yoka Mudimbe (1981) trata-se de um livro não muito conhecido no Brasil, ainda hoje. Entretanto interessa a este trabalho, especialmente, no que diz respeito ao tratamento dado ao texto ao longo do prefácio produzido por Jacques Howlett, bem como por outros elementos presentes na apresentação do livro. Ressalta ainda a importância fundamental da tradução para a



11

língua portuguesa, assim como acontece com o texto de Chinua Achebe e de outros autores contemplados pela coleção.

O título do livro, cuja tradução para o português sugere um paradoxo e, ao mesmo tempo, um trocadilho assente na palavra “imundo”, a partir de um jogo e uma oposição entre o mundo e o “imundo” - no sentido de um lugar “estranho” que não chega a ser considerado mundo, ao contrário do mundo já estabelecido um lugar ou algo sujo, a que se soma, em outro plano, o paradoxo entre esse “imundo” sujo, que ao mesmo tempo é belo. Pensando no título do romance enquanto signo que pode estar representando a África nos termos em que Bourdieu (1998) descreve a capacidade ilimitada da língua de representar e dar “existência” às coisas, ou mesmo nos termos em que Stuart Hall define a idéia de África enquanto metáfora: “Para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada” (HALL, 2003. p. 40) –, a obra de Mudimbe se destaca por apresentar um discurso, de certo modo, associado a um repensar a situação do continente africano pós-independente, sob a crítica severa das elites do poder.

Segundo o prefácio de Jacques Howlett, “Neste livro o problema do poder não é abordado frontalmente” e o autor “vê de uma certa distância o material que escolhe para o seu trabalho”, lançando mão de uma figura feminina como uma das personagens centrais para recriar o contexto político vivido por aquele país africano. Desse modo, fazendo jus à proposta pan-africanista de “retorno a África”, em sentido revisionista a partir do recontar de uma história pouco clara e, talvez, sequer conhecida, o texto de Mudimbe participa de um movimento bastante comum aos trabalhos de outros escritores e pensadores africanos contemporâneos. Um movimento que se dá no sentido de “Deslocalizar a Europa”⁴, defendendo uma postura altamente crítica, questionadora em muitos pontos dos ideais políticos dos projetos nacionais sustentados pelos ativistas das lutas de independência.

Nesse sentido pensando a obra **O Belo Imundo** como integrante da coleção “Autores Africanos”, interessa a relação que é estabelecida entre o texto literário e evidentemente, o autor escolhido para fazer parte do projeto e a proposta do projeto. Com base em entrevista feita com o diretor da coleção, o professor Fernando de

⁴ Título da coletânea de ensaios organizada por Manuela Ribeiro Sanches e que serve de suporte teórico a este trabalho.



12

Albuquerque Mourão (2010) pode-se dizer que se tratava de um projeto com prioridade para escritores de língua portuguesa, porém com o objetivo de lançar escritores africanos que produziam obras em outras línguas, para dar uma idéia da diversidade do continente. Interessava, também, ao projeto lançar títulos e escritores de épocas distintas e que apresentassem discursos anti-colonialistas, também distintos entre si.

Passando a obra **O mundo se despedaça**, de Chinua Achebe (1983), inicialmente destacamos o fato de ter este livro alcançado uma atenção especial por parte das editoras brasileiras. A Ática por tê-lo traduzido e, portanto, tornado acessível em língua portuguesa em uma época em que os autores africanos eram pouco conhecidos no país, apresenta-se na dianteira, seguida duas décadas depois pela Editora Companhia das Letras por tê-lo reeditado no Brasil em 2009, em comemoração pelos 50 anos de seu lançamento. De salientar a edição portuguesa saída a público em 2007 cercada de festividades acadêmicas pelo jubileu.

Na edição da Ática, há ainda um diferencial em relação ao prefácio assinado por um brasileiro, o embaixador Aberto da Costa e Silva, sendo a obra traduzida por Vera Queiroz da Costa e Silva. Segundo ele, a obra de Achebe goza de um status monumental porque funda o romance nigeriano, a partir de uma narrativa que pode ser reconhecida pelo povo que é por ela representado: “Se perguntado sobre o livro em que mais se reconhece, é muito provável que um ibo responda: **Things fall apart**, de Chinua Achebe”. (ACHEBE, 1983. p. 4). Apresentando valores, costumes e crenças do povo ibo em contato com a civilização branca européia, e a conseqüente destruição provocada por esse contato, ao tempo em que elege como personagem central Okonkwo, o grande herói, Achebe, segundo a leitura de Costa e Silva,

Não nos descreve, contudo uma idade de ouro, apesar da nostalgia com que a rememora. Nem idealiza como igualitária, coesa e solidária uma sociedade sem reis e senhores de sangue, mas com escravos e párias, marcada por intenso individualismo e sentido de competição, hierarquizada por um sistema de títulos honoríficos a que só tinha acesso os ricos e bem sucedido, e governada minuciosamente por um conjunto de regras a cujo rigor e ferocidade ninguém podia escapar. (ACHEBE, 1983. p.4)

Conforme essa leitura, pode-se dizer que se trata de uma tentativa de genealogia da história cultural vivida por uma sociedade africana que, mesmo em fase anterior ao contato com o Ocidente, pelo viés da Europa era governada por um sistema hierárquico



13

rígido, caracterizado por autoritarismos e individualismos, ou seja, uma sociedade, como outras no mundo, em que a perfeita harmonia jamais existiu. Segundo Costa e Silva são como se Achebe pretendesse nos dizer que “A história não é boa nem má. Nascemos dela, de seus sofrimentos e remorsos, de seus sonhos e pesadelos. E por que somos inapelavelmente como ela nos moldou, Chinua Achebe escreve em inglês, é cidadão de uma Nigéria criada pelo colonizador” (ACHEBE, 1985. p. 10).

Não concordamos exatamente com o que o autor expõe acerca da história e da obra produzidas, pois, parece demasiado preso às linhas da colonização perpetrada, bem como demasiado fatalista, e não sabemos até que ponto é possível atribuir esse fatalismo à obra de Achebe. Por outro lado, embora sejamos formados também pela história que nos molda, há o movimento contrário que nos dá as condições de moldá-la também, inventá-la e reinventá-la, fazê-la, escrevê-la e reescrevê-la, vivendo-a. Da mesma forma parece simplista dizer que a história não é boa nem má, pois ao que parece fica a indagação de que as atrocidades cometidas pelos atos criminosos da escravidão européia e do colonialismo, em todos os seus pontos de continuidade, possam ser justificadas e aceitas como simples vicissitudes da história, e ainda equiparadas à escravidão praticada por sociedades africanas pré-coloniais. Se assim o fosse, não faria sentido o debate proposto neste trabalho.

A obra de Achebe interessa, sobretudo, ao público brasileiro justamente por apresentar as incoerências da sociedade que representa, desmitificando a idéia de uma cultura africana simples e harmônica, livre das disputas pelo poder como alguns poderiam ainda supor, mas, sobretudo, por apresentar ainda o lado sombrio do processo colonial, com seus atos de violência e deturpações, jamais justificáveis. Vale enfatizar ainda que o sucesso atribuído à obra e ao autor não deve ser confundido com uma capacidade de representação do povo ibo de forma completa e inequívoca.

Em suma, a que as obras aqui destacadas convidam, cada uma a seu modo, é olharmos a história desse continente e a nossa própria história, no caso do Brasil, pelo filtro de literaturas plurais que, de acordo com Nietzsche, nos orientam a “perceber no que foi escrito um sintoma do que foi calado”, o que pode também ser associado à idéia do projeto “Autores Africanos”, ao longo de sua trajetória, de suas propostas e de suas publicações.



REFERÊNCIAS:

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Ática, 1983. (Autores Africanos, 17).

ALVES, Miriam. *Cadernos Negros* (número 1): estado de alerta no fogo cruzado. In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo, FONSECA, Maria Nazareth (org). **Poéticas afro-brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza: PUC Minas, 2002.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Novas Perspectivas, 24)

BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer**: a economia das trocas linguísticas. Tradução de Wanda Anastácio. Algés-Portugal: Difel, 1998.

CELINHA. *Um sol Guerreiro*. IN: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio; FÁTIMA, Sônia (Orgs). **Cadernos Negros nº 20**. São Paulo Quilombhoje: Editora Anita, 1998.

DIAS, Marcos. *Narrandanações*. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio; FÁTIMA, Sônia (Orgs). **Cadernos Negros nº 21**. São Paulo Quilombhoje: Editora Anita, 1998.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (org). Stuart Hall. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende, et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2003. p. 25-48.

MUDIMBE, Vumbi Yoka. **O Belo Imundo**. São Paulo: Ática, 1981. (Autores Africanos, nº 7).

NETO, António Agostinho. **Sagrada Esperança**. São Paulo: Ática, 1985. (Autores Africanos, 24).

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal, ou prelúdio de uma filosofia do futuro**. São Paulo: hemus, 2004.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639*. In: Gladys Lechini. (Org.). **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia e visiones del otro. Buenos Aires: Clacso, 2008. p. 253-276.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

15

SAID, Edward. *Repensando a teoria Itinerante*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (org) **Deslocalizar a “Europa”**: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade. Lisboa: Edições Cotovia, 2005. p. 25-42.

SANTIAGO, Silviano. *A democratização no Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 134-156.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Florentina. *Laços poéticos forjados pelo atlântico negro*. In: LEÃO, Ângela Vaz. **Contatos e ressonâncias**: literaturas africanas de língua portuguesa. Editoras PUC Minas, 2003. p. 27-42.